

RELAÇÕES RACIAS E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL¹.

João Carlos Nogueira²

Introdução

As relações sociais no Brasil estão marcadas pelas relações raciais, de gênero e de classe. Essas formas de relações, não eliminam umas as outras, ao contrário, formam um intrincado complexo de relações humanas, que desafiam as clássicas áreas do conhecimento como a sociologia, história, antropologia, economia, a pedagogia e outras áreas, como o direito, a psicologia, a própria geografia e a arquitetura que passam a discutir o espaço, o território, o mundo urbano, as cidades articuladas com os conceitos e categorias produzidas no campo das relações raciais, portanto, a interdisciplinaridade como metodologia de análise e investigação é o ponto de partida para alcançar os desafios que os estudos das relações étnico-raciais exigem.

Nas ciências humanas e sociais o tripé Raça, Ciência e Sociedade, desde sempre orientou e continua orientando várias áreas do conhecimento e, particularmente, nas últimas décadas do Século XIX e início do século XX, formou as bases do pensamento político e ideológico das elites brasileiras, acerca do projeto social, cultural e econômico para as populações negras e indígenas (já condenadas pelo processo de extermínio, violência e dominação vividos nos séculos passados), cujo projeto as excluiu tacitamente do desenvolvimento do Estado-Nação. Este modelo de desenvolvimento excludente praticado pelas elites brasileiras impediu o desenvolvimento das potencialidades

¹ As questões abordadas neste texto integram o artigo “A construção dos conceitos de raça, racismo e discriminação racial nas relações sociais” publicado in: NEN. Multiculturalismo e pedagogia multirracial e popular. Atilênde, 2002.

² Sociólogo, Secretário Executivo do Núcleo de Estudos Negros - NEN, Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e Doutorando em Gestão do Território pela UTAD - Portugal.

humanas e materiais que o País tinha como possibilidade em cada região, localidade e território.

Desse modo, a presença dos trabalhadores negros principalmente, se dá nas franjas da sociedade, seja no campo como meeiro, roceiro, diarista, mensalista, raramente “dono” de uma pequena propriedade rural. O processo de desenvolvimento acelerado na construção das cidades no início do século XX é também profundamente excludente, na medida em que a política incentivada de imigrantes europeus, deliberadamente desqualificava a mão-de-obra nacional, em particular a dos ex-escravos. Estes são alguns dos elementos que vão estruturando o modelo histórico e contemporâneo do racismo á brasileira, que foi desenvolvendo-se enquanto prática social.

Portanto, a ideologia do racismo, a discriminação e preconceitos de toda ordem, foram também se estruturando nas práticas dos movimentos sociais, nas suas estratégias de lutas reivindicativas, nos seus propósitos enquanto sujeitos coletivos que pretendiam formar uma nova cultura política, sobretudo no movimento sindical brasileiro e nos partidos políticos. Quando recorremos às fontes produzidas à época, é nítida a negação da presença dos trabalhadores negros como sujeitos ativos (Nogueira,1996; Araújo, 2000; Bento, 1998; Rodrigues, 2000)

As relações sociais no Brasil são também historicamente marcadas pela violência, seja nas relações de trabalho no campo ou no meio urbano, do mesmo modo ela se reproduz nas relações de gênero e classes, de raça, cor, de geração, opção sexual, a opressão se manifesta como forma de intimidação. Vale destacar, que os métodos utilizados nas relações de trabalho ao longo desses 500 anos, as formas autoritárias e violentas sempre foram utilizadas para resolver conflitos, onde o pressuposto democrático seria a negociação (Weffort, 1980; Nogueira, 2001; Hirata, 2002) A negação do outro, como sujeito de direitos, permitiu fazer da diferença, instrumento para a perpetuação das desigualdades, estas marcas sedimentaram a formação do Estado, dos espaços de poder e da sociedade.

A construção dos conceitos de raça, racismo e a discriminação racial no Brasil estão diretamente relacionados ao desenvolvimento do capitalismo ocidental. Pretendia-se uma construção negativa do trabalhador negro escravizado, anteposto a valores supostamente positivos brancos de origem européia. São estes valores e conceitos do mundo ocidental como: a ética protestante, liberalismo, individualismo a noção de propriedade e posse, que alimentaram e retroalimentam as bases da cultura hegemônica do ocidente. No universo competitivo dos sistemas produtivos de estímulo a simples competição nas relações de trabalho, a substituição de mão-de-obra dos trabalhadores negros pelos imigrantes, a política de branqueamento, as leis de locação de mão-de-obra incentivos e oportunidades voltados para os imigrantes europeus (Lamounier, 1988), reduziu quase a zero as possibilidades dos trabalhadores negros serem bem sucedidos nessa nova fase do desenvolvimento capitalista, conhecida como capitalismo industrial

Para os sociólogos, antropólogos, historiadores, intelectuais e pesquisadores que acreditavam no fim do racismo e da discriminação racial com o processo de industrialização no Brasil e a força do desenvolvimento econômico, ou seja, a integração passiva dos negros na sociedade de classes, esta constatação mostrou-se insuficiente. Ao contrário se cristalizaram dado a sua dinâmica e permanência mesmo nos processos com profundas mudanças sociais como foi o caso das últimas décadas do século XIX e o século XX, provando com isso, que atualmente os investimentos públicos para o desmantelamento de suas estruturas, não aceitam atitudes tímidas e evasivas. Na seara da garantia de direitos iguais e oportunidades equivalentes, os investimentos precisam ser robustos nas políticas públicas, seja para coibir, persuadir ou reeducar a sociedade para o exercício pleno da democracia.

O texto pretende abordar aspectos gerais sobre os conceitos de raça, racismo e a discriminação racial, orientando-se como questão central, a formação do pensamento racializado (John Rex, 1986) no Brasil e suas capilaridades, com o mundo das relações sociais.

Identidade, Raça, Classe e a Exclusão Social:

Nossas singularidades enquanto Nação, nossa formação sociocultural e política, cada vez mais nos dizem quem somos. As afirmações são categóricas: Da população total 170 milhões (IBGE. Censo 2000), 61% dos brancos brasileiros têm sangue índio ou africano; somos mesmo o país da miscigenação; há brancos que são geneticamente negros, e vice-versa, ou seja, índios, negros e europeus formam a base genética da população brasileira. O que parece evidente para alguns, independente da sua ancestralidade genômica, pode parecer estranho para outros. O mistério nos parece, não é saber o que cada um de nós é, mas sim, o que queremos ser. Assumindo a definição que identidade é, sobretudo uma construção social, é o pertencimento a uma cultura, é o sentir-se num mundo de significados e valores, é o modo do grupo ou do indivíduo dar sentido a sua própria existência, cujas raízes localizam-se em algum lugar.

A cultura política e a identidade enquanto um valor socialmente construído são categorias conceituais fundamentais para compreendermos o ethos da formação da sociedade brasileira. Para Renato Ortiz (1985) “toda identidade é uma construção simbólica” afirma também “que não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”. Para o autor, “falar em cultura brasileira é falar em relações de poder. Colocado dessa forma, existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado”. Outro aspecto importante são as bases autoritárias da formação do Estado brasileiro que pouco ou nada contribuiu para a formação e preservação da cultura popular. No caso das culturas negras, viveram longos momentos de proibição. Principalmente as de manifestações religiosas (Candomblé e Umbanda). Essa política de negação de si e do outro, ainda atormentam as estruturas das nossas organizações sociais atualmente no Brasil. E o mesmo “monstro” que atormentou as elites no início do século XX o de querer serem brancas européias num país de predominância indígena e negra. A pirâmide da teoria do branqueamento inverteu-se, todas as previsões pseudo científicas

sucumbiram mortalmente. O que permanece e pouco mudou é o sentido e os efeitos do racismo e da discriminação esta é a base que precisa ser desmontada.

Para o antropólogo Darcy Ribeiro “poucos países juntaram como o Brasil, tijolos e cimentos tão díspares em seu processo de constituição. Poucos também experimentaram vicissitudes que mostram de forma tão clara os caminhos pelos quais uma nação pode constituir-se não para servir a si mesma, mas atender a interesses alheios. Efetivamente o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em consequência da soma dos desígnios de seus criadores. Surgiu ao contrário, como uma espécie de subproduto indesejado e surpreendente de um empreendimento colonial, cujo propósito era produzir açúcar, ouro e café e, sobretudo gerar lucros exportáveis” (Ribeiro, pg.19, 1987)

Desse empreendimento levado a cabo no curso do processo civilizatório desencadeado pela Revolução Mercantil resultou ocasionalmente um povo e, mais tarde, uma sociedade nacional. Esta emergiu da condição de feitoria colonial a de nação aspirante ao comando de seu destino, por força de um outro processo civilizatório de âmbito mundial – a Revolução Industrial, que embora só afetasse reflexamente a transfigurou radicalmente. Os países que lideraram a I Revolução Industrial, em especial a Inglaterra, destinou as nações periféricas e em desenvolvimento, a produção de gente, mão-de-obra barata e muita miséria, enquanto isso produzia bens de consumo, tecnologia, conhecimento e poder.

É na esteira da I Revolução Industrial que melhor se cristalizaram os conceitos de classe operária, divisão do trabalho, como também se alcunham novas categorias como: raça, etnia, nação, e outros, estas desenvolvidas como forma de melhor perceber as novas relações sociais e posteriormente, impô-las as suas colônias como critério científico e metodológico, para interpretar e compreender a realidade.

Como surge o preconceito? Para Oliver C. Cox as formas modernas de relações raciais surgem por volta de 1493-94, por influência dos portugueses e espanhóis no novo mundo, e afirma que é a lógica do “espírito capitalista” as causas da discriminação e do racismo. Para Marvin Harris (ano, pg.) “o preconceito racial surge como uma justificação

ideológica do interesse das nações europeias na exploração do trabalho negro”. Arnold Rose traça a sua origem por volta de 1793, data em que, com a invenção da máquina de separar o algodão bruto das suas sementes, se renovou o interesse dos plantadores em manter a escravidão nos EUA. Mas as tentativas de explicar as bases ou a origem do preconceito racial a partir de uma única fonte tem se revelado inconsistente e pouco convincente.

O racismo e a discriminação são elementos dinâmicos nas sociedades e nas relações sociais e interpessoais, ultrapassam as fronteiras de um ou outro marco histórico. Todavia, os alvos, as vítimas permanecem as mesmas, ou seja, os grupos discriminados permanecem hierarquizados na estrutura social.

Frantz Fanon coloca de forma extraordinária, os sentidos do racismo no ocidente, o de “ser não apenas um negro, (um índio) mas um membro dos marginalizados, dos deslocados, dos diaspóricos. Estar entre aqueles cuja própria presença é vigiada [overlooked] - no sentido de controle social”. Fanon. F, *Black Skin, White Masks in Bhabha*, 1986.). No seu sonho humanista e socialista Fanon afirma “tudo o que eu queria era ser um homem entre outros homens. Queria chegar lépido e jovem a um mundo que fosse nosso e construí-lo em conjunto” (idem).

Como afirmou também o professor e geógrafo Milton Santos à Folha de São Paulo, ao ser indagado sobre o que seria necessário fazer pelos negros no Brasil, respondeu sabiamente “que o mais importante para um negro no Brasil é ser cidadão”.

A Construção do conceito de raça, racismo e a discriminação racial.

O conceito de raça é construído na Europa no século XVI, designa pessoas e grupos, orienta-se por classificações e hierarquias. No caso do Brasil, relacionou-se a negros e índios e, classificou-se estes dois grupos, como pertencentes à raças/etnias inferiores.

Quando falamos de raça negra estamos nos referindo a uma origem, a um povo, a várias populações oriundas do continente africano, de aspectos culturais e sociais, de valores e

crenças, de olhares e singularidades. Onde sua história e identidade positiva, buscam permanentemente desconstruir a carga negativa atribuída ao conceito de raça (negros na diáspora) no Brasil.

As definições conceituais sobre raça, racismo e discriminação racial, são importantes, no sentido de compreender suas dimensões político-ideológicas numa sociedade como a brasileira, que pretende ser democrática e racialmente integrada. As três definições do conceito de raça, que seguem no texto, procuram atualizar o debate.

Raça como Classificação

Definição de um grupo ou pessoas conectadas por uma origem comum. A palavra entrou para a língua inglesa no começo do século XVI; desde então e até o começo do século XIX, foi usada principalmente para se referir a características comuns apresentadas em virtude de uma mesma ascendência.

Raça como Significante

Esta definição pretende tratar o conceito de raça no nível do discurso, coloca-se em oposição aos outros enfoques do tema. Significante – É uma expressão, som ou imagem cujos significados são viabilizados somente por meio da aplicação de regras ou códigos. Assim, os significados de raça estão codificados e, portanto, podem ser decodificados somente nos parâmetros do discurso. O enfoque vai para além da crítica ao conceito de raça como um termo biológico equivocado ou até como um sinônimo para a diversidade cultural: o interesse está no uso popular do termo.

Raça como Sinônimo

Este conceito foi construído pelas áreas do conhecimento, como a biologia e a antropologia física, que pretendiam montar um “esquema” para hierarquizar os grupos humanos. Atualmente para a maioria dos biólogos e principalmente para os antropólogos, as formas de classificação em: negróides, mongolóides e caucasóides, está ultrapassada. A discussão fundamental sobre as relações raciais no mundo atual, não

reserva mais espaço para as categorizações biológicas, embora elas ainda encontrem espaços para sobreviver. Os dados sobre as desigualdades, os critérios de verificação do desenvolvimento humano e, sobretudo as suas causas, indicam razões ideológicas e motivações sociais como geradores do preconceito racial, da discriminação e do racismo.

Racismo Estrutural

O racismo no Brasil é estrutural. O tráfico de homens, mulheres e crianças do continente africano para o Brasil, transformados em escravos ao longo de quase quatro séculos, mantidos pelas elites permitiu que se construísse ao longo do período colonial, império e início da república, um sistema social, sustentado pelo Estado, de discriminação, segregação, preconceitos e racismo. Com isso, estruturou-se como ideologia traduzida em prática social, uma cultura racial, baseada evidentemente na dominação e poder em todas as formas de relações sociais. Assim, estruturaram-se nas instituições públicas e privadas, os valores da inferioridade dos negros, indígenas e pobres, estes valores, inculcados nas estruturas de pensamento dos indivíduos e grupos, reproduziram-se no nosso desenvolvimento social e econômico, causando as profundas desigualdades sociais que conhecemos. Estas, transformadas em indicadores de pobreza entre negros e brancos na atualidade. É estrutural porque o Estado e a Sociedade no Brasil se organizaram com base na exclusão dos espaços públicos, dos territórios e regiões, privilegiaram-se as relações patrimonialistas em detrimento do universal e republicano. Para dismantelar o conjunto dos sistemas de dominação e poder, é necessário forte investimento público e privado, seja para persuadir o conjunto da sociedade a uma cultura da diversidade ou para desestruturar o sistema constituído.

As relações sociais e trabalhistas no campo, baseado no patriarcado no arcaísmo como projeto, é a base epistemológica para compreendermos as relações que se desenvolveram ao longo dos séculos no Brasil, tanto na construção da sociedade agrária, como no desenvolvimento em direção a construção das cidades no início do século XX. São estas relações de dominação que cimentam e estruturam o racismo no Brasil.

Racismo Institucional

O racismo institucional tal como foi praticado pelo professor Stokely Carmichael, militante negro norte americano (Carmichael and Hamilton, 1968), pode ser melhor compreendido se o localizarmos numa conjuntura histórica bastante singular, mas que modifica a nossa percepção acerca dos tratamentos possíveis no combate ao racismo. O racismo institucional permeia as artérias dos sistemas públicos e privados, apresenta-se como fim em si mesmo nas modalidades dos serviços, equipamentos sociais, nos concursos, nas carreiras profissionais, nas representações sociais e políticas, enfim, é um forte instrumento de bloqueio as oportunidades iguais entre negros e brancos, entre mulheres e homens etc.

Outro conceito que ganha espaço e força, principalmente na sociologia e na teoria política é a definição de **racialização** “Termo que surgiu nas análises da década de 70 para se referir ao processo político e ideológico por meio das quais determinadas populações são identificadas por referência direta ou indireta as suas características fenotípicas reais ou imaginárias;... o uso e o sentido do termo emergem da análise histórica” (Cashmore, 1996).

O racismo é uma palavra usada com vários sentidos, até o final da década de 60, era definida como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças. O substancial dessa doutrina era que a raça determinava a cultura, e dela derivavam as alegações de superioridade racial, mantendo a idéia que são as práticas e atitudes que geram a discriminação racial, produzindo as desvantagens raciais.

Outra abordagem que concorria a essa no mesmo período, afirmava que a expansão do capitalismo no Novo Mundo necessitou da exploração da mão-de-obra africana, combinado a isso, criou-se justificativas e crenças a respeito da suposta inferioridade dos negros. Essa nova criação histórica, nos séculos subseqüentes foi modificada juntamente com a estrutura econômica. A esse complexo histórico denominou-se racismo.

A definição comum sobre racismo, entre a maioria dos autores, correntes de pensamento e escolas na atualidade está sustentada no seu caráter ideológico, ou seja, é a imputação de características negativas reais ou supostas a um determinado grupo social.

Embora o racismo mantenha sempre seus pressupostos básicos de fundamentação e justificativa, ele é dinâmico socialmente, resignifica-se conjunturalmente. No final dos anos oitenta e início dos anos 90, dois novos termos apareceram para explicar uma característica do racismo Norte Americano nos Estados Unidos e nos países Europeus:

Racismo do Meio Ambiente: Este termo tem suas origens num relatório de 1987, da Comissão de Justiça Social dos Estados Unidos, que detectou em várias áreas residenciais de maioria negra e latina, a localização de depósitos de resíduos tóxicos e incineradores. Concluindo que a maior parte dos mais amplos e perigosos lixões era destinada pelo estado e empresas privadas a essas duas comunidades.

As questões chave são os padrões de estabelecimento de áreas residenciais, onde a segregação étnico-racial é flagrante.

Racismo Europeu: Durante o início da década de 1990, um dos principais fenômenos da realidade política contemporânea, tanto na Europa ocidental quanto na oriental, foi o aumento do racismo e o crescimento do debate público a respeito da imigração. Essa tendência fez-se notar em países tão diferentes da Europa ocidental quanto na França, na Alemanha, na Áustria, na Bélgica e Itália. Nas sociedades pós-comunistas, tais como Hungria, Romênia, Polônia, República Tcheca e as componentes da antiga União Soviética, houve um verdadeiro desabrochar de movimentos racial-nacionalistas.

A desintegração da Iugoslávia foi acompanhada de tentativas organizadas de remover grupos étnicos e religiosos inteiros por meio da “limpeza étnica” e do terror. Há nesse período um crescimento espantoso do racismo e dos movimentos neofascistas.

E esses movimentos tiveram repercussões no Brasil, principalmente nas capitais e grandes cidades os skinheads (organizações neonazistas) atacaram e perseguiram negros, nordestinos e homossexuais principalmente.

Estas manifestações racistas não são localizadas em um ou outro ponto geográfico, são tendências mundiais do racismo contemporâneo.

Como se construiu e se inculcou no pensamento, no discurso e na prática o racismo no Brasil? Poderíamos partir de bases explicativas anteriores a Abolição em 1888 e a Proclamação da República em 1889, no entanto, pretendemos privilegiar as análises sobre as relações raciais a partir dos finais do século XIX e início do século XX e nessa opção, ressalta as decisões políticas das elites a época e está diretamente relacionada ao processo imigratório dos brancos europeus, e os negros e índios no Brasil.

Para Giralda Seyferth (2000, p. 112) “O eixo da discussão sobre política imigratória passa para a questão racial de forma mais explícita, nas primeiras décadas da república, sempre vinculada à colonização – ou seja, o imigrante preferencial é aquele que pretende se fixar como agricultor ou trabalhador rural. O tema preponderante é o da assimilação associado à miscigenação enquanto processo histórico de formação de uma “raça” ou “tipo” nacional”.

O Brasil já possuía uma ciência das raças gestada desde 1860, sob influência de Paul Broca, eminente anatomista e antropólogo francês – conforme periodização em Castro Faria (1952). Até 1877 são trabalhos esparsos, realizados no âmbito das escolas de medicina, versando sobre as origens das raças humanas e temas próximos. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional – lecionado por João Batista de Lacerda. A partir daí, os estudos sobre raças tornaram-se mais sistematizados tanto nos Museus como na Medicina Legal com os pesquisadores interessados, principalmente na morfologia e classificação de tipos indígenas e de mestiços. Essa ciência tinha como premissa a desigualdade das raças e construiu hierarquias baseadas na superioridade da “raça branca”, na inferioridade das “raças de cor” leia-se negra, e nos “prejuízos” da mestiçagem embaralhada (termo pelo qual alguns intérpretes da formação racial brasileira se referiam à massa de “trabalhadores nacionais”). O exemplo mais eminente foi Nina Rodrigues, médico anatomista e catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia que com o livro “Os africanos no Brasil” sistematizou os estudos e as pesquisas sobre a situação do negro na diáspora africana. Os antropólogos seguiam o rigor metodológico e estatístico preconizado por Broca, que

sistematizou a Antropometria e estava convencido da inferioridade dos não brancos como muito outros cientistas da sua época preocupados com a elaboração de rigorosas hierarquias raciais. Por outro lado, até a Primeira Guerra Mundial estavam em evidência às teses darwinistas sociais e o mito ariano (principalmente na forma inventada por Gobineau, Chamberlain e Lapouge) e a mestiçagem aparece como elemento negativo em todas elas.

Mas os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa seguida pelo racismo para a mistura de raças ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços “superiores”. Nos termos da sua versão “científica”, através da memória apresentada por J.B de Lacerda no Congresso Universal das Raças, Londres, 1911, como delegado do governo brasileiro (Lacerda, 1911), o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco (*A concepção de seleção natural e social inspirada no darwinismo social presumia que os mestiços mais bem dotados – classificados como superiores-procurariam cônjuges de pele mais clara; para os “mestiços inferiores” (índios e negros) foi vaticinado o desaparecimento progressivo no contexto de uma civilização em progresso*).

Portanto, em termos gerais, o Brasil teria uma raça, ou um tipo ou, ainda, um povo nacional. Em suma, a característica que faltava para definir a nação. Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação.

O fluxo imigratório para o Brasil foi mais intenso entre 1880 e 1920, e a década de 1890 concentrou o maior volume de entrada de estrangeiros, mais de 1 milhão e duzentos mil indivíduos (Carneiro, 1950 citada por Guimarães), a maioria proveniente da Europa (principalmente da Itália). Na virada do século, as estatísticas serviram para dar credibilidade á imaginada nação branca do futuro. Os assuntos da colonização e da

imigração, assim, passaram a ser discutidos por cientistas de todos os matizes como uma questão de “raça”.

Devemos ainda considerar as relações de benefícios cedidas aos imigrantes, e os sacrifícios impostos aos que produziram nestas terras na condição de trabalhador escravizado por quase 400 anos. Não se trata somente de uma lembrança, é dar sentido ao processo histórico, e compreender em grande medida, as razões das desigualdades, da concentração de renda, da terra e dos elevados índices de analfabetismo concentrados na população negra.

Conclusão:

As identidades de um povo formam uma nação, sua soberania. Ao negá-la interrompe-se sua força de desenvolver-se e sonhar.

A cultura política, compreendida como ação dos sujeitos coletivos e dos indivíduos, fortalece as bases de uma nação, dos territórios, da sociedade e do estado.

Um novo projeto social, político e econômico, se constroem a cada dia, a partir das realidades de cada cultura envolvida e envolvente com o todo, com as partes e, com o universal. É este movimento dialético que permite que uma sociedade seja mais tolerante com as e entre as pessoas e o meio ambiente.

As teorias, os conceitos, de sorte, não são eternas, uma nova hipótese, uma nova investigação, um novo movimento em sentido contrário, pode desconstruir o que parecia verdade absoluta.

Acreditamos que podemos desencorajar as teorias, os discursos e as práticas racista, sexistas, discriminatórias e preconceituosas discutindo-as abertamente nas esferas públicas e privadas, nas nossas casas, na escola, nos locais de trabalho. Assegurar recursos públicos e privados para desenvolver políticas antidiscriminatórias, como está sendo feito em alguma medida, em vários projetos e programas de governos, organizações sociais e entidades do movimento negro é também um caminho. No entanto, todas essas iniciativas serão absolutamente insuficientes sem a mobilização da

sociedade em especial, do movimento negro organizado e dos movimentos sociais e populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. (2000). A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Ed Senac.

BENTO, M.A. (1998). Cidadania em preto e branco. São Paulo: Ática.

BHABHA, H. K. (1998). O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

CASHMORE, E. (1996). Dicionário de relações étnico-raciais. São Paulo: Selo Negro.

GIRALDA, S. (2000). Identidades, estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec.

GUIMARÃES, A. S. A. (1999). Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34.

HIRATA, H. (2002). Nova divisão sexual do trabalho. São Paulo: Boitempo.

LAMOUNIER, M. (1988). Da escravidão ao trabalho livre. São Paulo: Papirus.

MUNANGA, K. (1996). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp: Estação Ciência.

NOGUEIRA, J.C. (1996). A discriminação racial no trabalho sob a perspectiva sindical. In: **MUNANGA, K.** (Org.) Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp: Estação Ciência.

_____ (2001). A construção do pensamento negro e as relações raciais. In: Central Única dos Trabalhadores. Todos são iguais, semelhantes e diferentes. Recife: Escola de Formação Sindical Nordeste.

_____ (2002). A construção dos conceitos de raça. Racismo e a discriminação racial nas relações sociais. In: NEN. Multiculturalismo e a pedagogia multiracial e popular. Florianópolis: Atilênde. (Série Pensamento Negro em Educação).

_____ (2001). História do trabalho e do trabalhado negro no Brasil. São Paulo: CUT.

ORTIZ R. (1985). Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense.

REX, J. (1988). Raça e etnia. Lisboa: Editorial Estampa.

RIBEIRO, C. (1987). Os brasileiros: teoria do Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes.

WEFFORT, F. (1980). Populismo na política brasileira. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra.